

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANTONIO PEDRO BANDEIRA DE MELLO DE MIRANDA

**INTERESSES DE CLASSE NA RELAÇÃO BRASIL-PARAGUAI: O PAPEL DA
BURGUESIA EM ITAIPU E NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso, em formato de projeto de mestrado, apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo, como requisito parcial do na obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: David Almstadter de Magalhães

SÃO PAULO

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu orientador, professor David Almstadter de Magalhães, pelos conselhos, apontamentos, ajuda e correções do meu projeto que me permitiram apresentar um trabalho de melhor qualidade e preparação para os processos seletivos de mestrado, também auxiliando no meu processo de formação acadêmica e profissional.

Aos meus professores, que me incentivaram durante a graduação, pela dedicação deles e os diversos conselhos fornecidos durante meus anos no curso e que foram partes essenciais da minha formação.

Aos meus pais, Daniella e Luis, e irmãos, Pedro e André, que me incentivaram nos momentos difíceis com todo o apoio e ajuda contribuindo para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de sala, que fizeram do meu tempo na faculdade um momento prazeroso e de companheirismo e pelas trocas de experiências e conhecimento.

Ao meu grande amigo Gabriel Monteiro pelas excelentes conversas que tivemos e pela ajuda na revisão deste trabalho

E a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

RESUMO

MIRANDA, Antonio Pedro Bandeira de Mello de. Interesses de classe na relação Brasil-Paraguai: o papel da burguesia em Itaipu e na internacionalização da indústria brasileira.

O presente trabalho é um projeto de pesquisa que tem como intenção a realização de uma análise das relações Brasil-Paraguai, no período entre 2008 e 2019, e os interesses da burguesia brasileira a partir de Itaipu e da internacionalização da indústria brasileira, apoiando-se em teorias marxistas para melhor compreender o papel da burguesia na formulação da política externa dos dois países, em específico seus interesses e como elas exercem sua influência, e como essa relação bilateral se desenvolveu nos últimos anos. A análise empregaria a teoria do bloco no poder do teórico marxista Nicos Poulantzas por permitir uma interpretação sobre o papel das burguesias na determinação da política externa e por romper com a concepção realista da existência de um "interesse nacional". O objeto de pesquisa deste projeto são as políticas externas de cada governo (tanto no Paraguai como no Brasil), focando nas relações brasil-paraguaias no geral e, em específico, a relação dos dois sobre Itaipu e a internacionalização do capital brasileiro. Como metodologia empregar-se-á o Estudo de Caso para testar a hipótese da pesquisa como também descrever e explicar o fenômeno selecionado, tendo como caso as relações entre Brasil e Paraguai em relação a Itaipu, principalmente em dois momentos: a Renegociação de 2009 e Crise de 2019, e o regime de maquila, que está ligado a expansão internacional do capital brasileiro. Por fim são elencadas duas hipóteses iniciais: a primeira sobre o posicionamento da burguesia paraguaia e brasileira em relação as disputas envolvendo Itaipu, e a segunda sobre a expansão do capital brasileiro no Paraguai não significar um processo de integração produtiva.

Palavras-Chave: Relações Brasil-Paraguai; Bloco no Poder; Burguesia; Itaipu; Maquiladoras;

ABSTRACT

MIRANDA, Antonio Pedro Bandeira de Mello de. Class interests in the Brazil-Paraguay relationship: the role of the bourgeoisie in Itaipu and the internationalization of Brazilian industry.

This work is a research project that intends to carry out an analysis of the Brazil-Paraguay relations and the interests of the Brazilian bourgeoisie, from 2008 to 2019, in Itaipu and the internationalization of the Brazilian industry, through the use of a Marxist approach to understand what are the interests and how the Brazilian and Paraguayan bourgeoisies acted on foreign policies in the mentioned period? The analysis will employ the power bloc theory of the Marxist theorist Nicos Poulantzas as it allows an interpretation of the role of the bourgeoisie in determining foreign policy and breaking with the realist conception of the existence of a "national interest". The research object of this project is the external policies of each government (in both Paraguay and Brazil), focusing on the Brazilian-Paraguayan relations, in general, and, specifically the relationship between the two on Itaipu and the internationalization of the Brazilian capital. This research has as its main objective the analysis of the Brazil-Paraguay relations, in the period between 2008 and 2019, and the interests of the Brazilian and Paraguayan bourgeoisies in Itaipu and the internationalization of the Brazilian industry, basing itself in Marxist theories to better understand the role of the bourgeoisie in the formulation of the foreign policy of the two countries and how this bilateral relationship has developed in recent years. The methodology that will be employed is the Case Study, it will be used to test the research hypothesis as well as to describe and explain the selected phenomenon, having as case the relations between Brazil and Paraguay in relation to Itaipu, mainly in two moments: Renegotiation of 2009 and 2019 Crisis, and the Maquila regime, which is linked to the international expansion of Brazilian capital. Finally, two initial hypotheses are listed: the first on the position of the Paraguayan and Brazilian bourgeoisie in relation to disputes involving Itaipu, and the second on the expansion of Brazilian capital in Paraguay does not mean a process of productive integration.

Keywords: Brazil-Paraguay relations; Power Bloc; Bourgeoisie; Itaipu; Maquiladoras;

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Objetivos central.....	8
3. Objetivos Específicos.....	8
4. Hipótese.....	8
5. Revisão bibliográfica.....	9
6. Metodologia.....	20
7. Cronograma Preliminar.....	21
8. Bibliografia.....	21

1. Introdução

As Relações Internacionais (RI) sempre foram um campo de estudo predominantemente dominado pelas teorias e estudos vindos do eixo Estados Unidos e Europa, tendo como formulações teóricas dominantes as teorias realistas e liberais das relações internacionais. Essa preeminência das teorias clássicas se alastrou para outros subcampos das RI, dentre eles o campo de Análise de Política Externa (APE). Com o desenvolvimento das RI novas teorias foram se desenvolvendo em contraposição as teorias clássicas, entretanto algumas dessas novas formulações teóricas começaram a ser exploradas mais tarde do que outras, dentre elas, em especial, o marxismo que ainda apresenta uma grande defasagem em produções acadêmicas nas Relações Internacionais, em especial na área de APE que só recentemente vem tendo produções que se utilizam de uma abordagem marxista, como os trabalhos acadêmicos da Tatiana Berringer, referentes ao Brasil, ou de Baastian van Apeldoorn, que estuda os EUA, citando alguns exemplos. Dentro do campo de APE a análise marxista permite entender a formulação da política externa e sua interpretação para além dos atores tradicionais da visão pluralista (empresariado, sociedade civil e governo), entendendo que o sistema capitalista e as classes sociais dominantes presentes nesse são o fator principal da determinação da política externa e da atuação do Estado no sistema internacional, soma-se a isso a variedade de conceitos marxistas que podem ser aplicados na APE.

Ao olharmos para os estudos de análise de política externa brasileira, no que se refere as suas relações com seu entorno regional, nota-se uma ampla produção acadêmica e destaque sobre alguns países específicos, principalmente a Argentina, em detrimento de outros países da região, sendo um deles o Paraguai. Essa negligência com esse vizinho resultou em uma pequena literatura sobre essa relação, se resumindo à principalmente a questões fundiárias e brasiguaios, as maquiladoras instaladas no país e a usina de Itaipu. No passado recente a questão das maquiladoras vem ganhando destaque nessa relação, devido a sua importância para economia paraguaia e sua pauta comercial com o Brasil, além de que a partir de 2014, cada vez mais indústrias brasileiras vem se instalando no vizinho sob o regime de maquila, que pode ser entendido como uma expansão do capital brasileiro. A respeito de Itaipu, que é um dos pilares fundamentais da relação entre o Brasil e o Paraguai, tendo em vista que a usina é a segunda maior usina hidrelétrica do mundo, responsável por 8,4% da energia elétrica consumida no Brasil, 30% da energia produzida por Itaipu para o Paraguai é vendida ao Brasil. Somado a isso, também é um foco de contestação por parte dos paraguaios, que afirmam que se trata de uma relação desigual, com destaque para a revisão do tratado de Itaipu de 2009, em que o acordo

firmado revisava pontos do tratado e reduzia assimetrias nessa relação, e para a crise de 2019, em que devido a uma ata bilateral secreta que previa um aumento na projeção de consumo de energia do Paraguai levou a protestos e ao quase impeachment do presidente paraguaio, além de que 2023 é o ano de renegociação do tratado de Itaipu e, portanto, decisivo para a relação dos dois países.

Este trabalho tem a intenção de realizar uma análise das relações Brasil-Paraguai e os interesses da burguesia brasileira, a partir de Itaipu, no período de 2008 até 2019, e a internacionalização da indústria brasileira, por meio da utilização de uma abordagem marxista, com o intuito de responder o seguinte problema de pesquisa: Quais são os interesses e como agiram as burguesias brasileiras e paraguaias sobre as políticas externas no período mencionado? Para fazer essa análise será empregada a teoria do bloco no poder do teórico marxista Nicos Poulantzas pois ela nos fornece uma melhor compreensão e ferramental para uma interpretação sobre o papel das burguesias na determinação da política externa e por romper com o a concepção realista da existência de um "interesse nacional". O objeto de pesquisa que será analisado será as políticas externas de cada governo (tanto no Paraguai como no Brasil), focando, nas relações brasilo-paraguaias, no geral, e, em específico, a relação dos dois sobre Itaipu e a internacionalização do capital brasileiro.

Como metodologia principal empregar-se-á a metodologia de estudo de caso para testar a hipótese da pesquisa como também descrever e explicar o fenômeno selecionado. O caso a ser analisado será as relações entre Brasil e Paraguai em relação a Itaipu, principalmente em dois momentos: renegociação de 2009 e Crise de 2019, e o regime de maquila, que está ligado a expansão internacional do capital brasileiro. A escolha desses dois casos se dá pela sua relevância no passado recente e por serem temas onde as principais contradições dessa relação aparecem. Para isso realizar-se-á uma revisão bibliográfica e uma análise documental.

As justificativas para realização dessa pesquisa se dão em razão de haver uma ausência de análises marxistas no campo de APE, principalmente em relação à política externa brasileira; a necessidade de um maior entendimento do papel da burguesia na formulação de política externa; explorar como as burguesias de dois países dependentes se interagem por meio da política externa; compreender melhor e produzir mais conhecimento sobre as relações Brasil-Paraguai, que são pouco estudadas, especialmente em relação a Itaipu, que é ponto central da relação entre os dois países e por ser um tema atual da política externa brasileira devido a renegociação do tratado de Itaipu em 2023, e também a internacionalização da indústria

brasileira para o vizinho o que impacta fortemente a economia paraguaia e as relações comerciais dos dois países.

2. Objetivos central

Esse projeto de pesquisa objetiva fazer uma análise das relações Brasil-Paraguai e os interesses da burguesia brasileira a partir de Itaipu, no período entre 2008 e 2019, e a internacionalização da indústria brasileira, apoiando-se em teorias marxistas para melhor compreender o papel da burguesia na formulação da política externa dos dois países e como essa relação bilateral se desenvolveu nos últimos anos.

3. Objetivos Específicos

- 1) Compreender como se relacionam as burguesias de dois países dependentes por meio de suas políticas externas;
- 2) Explicitar como a política externa de cada país atendeu os interesses da fração de classe hegemônica no período mencionado;
- 3) Descobrir se a internacionalização da indústria brasileira para o Paraguai reflete a possibilidade de integração produtiva ou é apenas uma "expansão" da burguesia brasileira.

4. Hipótese

Como hipóteses iniciais, elenco:

H1) A burguesia paraguaia agiu por meio de suas entidades representativas para apoiar o governo de Fernando Lugo na revisão do tratado de Itaipu em 2009, visando ganhos econômicos com isso e, em 2019, pressionou o governo de Mario Abdo Benítez para não assinar a ata bilateral temendo que levaria a perdas de capital. Enquanto a burguesia brasileira no primeiro momento é contrária a revisão do tratado, mas muda de opinião ao ver a possibilidade de expansão de capital para o vizinho com as mudanças do tratado, já em 2019 apoia o governo Bolsonaro na demanda da ata visando aumento de lucros tanto internamente quanto externamente.

H2) A internacionalização da indústria brasileira não visa a integração produtiva do Paraguai com o Brasil, sendo mais uma expansão da burguesia brasileira em busca de melhores condições para acumulação de capital.

5. Revisão bibliográfica

Ao longo da formação da área de conhecimento das Relações Internacionais, igualmente a muitos outros campos de estudos, foram-se se formando subcampos de estudos que eram ligados a temas mais específicos, esse foi o caso da área de APE, que surgiu com o objetivo de estudar a política externa de governos específicos levando em consideração a tomada de decisão e seus determinantes, os objetivos e as ações realizadas (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013). A análise de Política Externa surge a partir de 3 principais trabalhos: “*Pre-theories and Theories of Foreign Policy*” de James N. Rosenau (1966); “*Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*” de Richard C. Snyder, H. W. Bruck, e Burton Sapin (1954); e “*Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics*” de Harold e Margaret Sprout (1956) (HUDSON e VORE, 1995).

Cada um desses trabalhos levou ao desenvolvimento de diferentes focos de análise que foram sendo expandidas de acordo com o aumento de pesquisas na área. Surgiram como modelos de análise o modelo burocrático de Graham Allison, que explicava o processo decisório de política externa pautada nas relações entre burocracias do Estado (HUDSON e VORE, 1995); tem-se a visão pluralista (também chamada de liberal) que vai compreender que existe uma multiplicidade de atores e fatores domésticos que influem na tomada de decisão, um exemplo é a teoria dos jogos de dois níveis de Putnam (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013); há também a análise cognitiva em que se busca enfatizar o papel dos fatores ideacionais e seus impactos sobre os tomadores de decisão (JESUS, 2014); além de diversas outras formas que surgiram também. Deve se destacar que mais recentemente vem surgindo trabalhos mais críticos a abordagem tradicionalista em APE. Dentro destes pode se destacar o trabalho de Lopes, Faria e Santos (2016) em que criticam as visões estruturalistas deterministas e behavioristas dentro das produções latino-americanas no campo e propõem uma nova forma de análise com base ciclos de formulação de políticas públicas, passando desde a identificação de suas fontes sociais até sua implementação. Apesar desses grandes avanços no campo percebe-se uma grande lacuna analítica em APE, inclusive dentro das abordagens mais críticas, que é a falta de uma análise marxista sobre política externa.

Diferentemente das outras áreas das ciências sociais, que tem a teoria marxista como uma das bases do pensamento de seus campos, o mesmo não acontece com as RI, no geral, e a APE, em específico. Benno Teschke e Steffan Wyn-Jones (2017, p.3) vão afirmar que essa ausência se deve a alguns motivos: “*the positivistic Anglo-American analytic heritage of FPA, which is fundamentally at odds with that of the Marxian tradition*”; a ausência de formulações

de Marx e Engels que abordassem sistematicamente e teoricamente a questão das relações internacionais; e a tendência do marxismo a recair em versões estruturalistas de grande teorização, que são mais relacionadas as teorias de RI do que formulações sobre APE. Somente a partir da década de 1980, com a adoção de uma postura mais plural em relação a diversas teorias e literaturas a serem utilizadas dentro das análises, que o marxismo começou a se desenvolver no campo das RI e mais recentemente na APE, apesar de ainda ser uma abordagem que só começou há pouco tempo a ser tratado como um tema sério de pesquisa e a ter produções acadêmicas sobre o assunto (TESCHKE E WYN-JONES, 2017), podendo citar como exemplos de trabalhos marxistas no campo da APE as pesquisas de Bastiaan Van Apeldoorn e Naná de Graaff (2015) sobre “*The social sources of American grand strategy*”; Tatiana Berringer (2014) sobre o papel da burguesia na política externa dos governos Lula e FHC e Çağlar Oyman (2016) sobre os determinantes de classe da política externa turca sob o governo do partido AKP.

A abordagem marxista no campo de análise de política externa tenta compreender as fontes sociais da política externa, que vão aparecer em duas dimensões estruturais importantes, que nos auxiliam a entender essas fontes sociais e desenvolver as análises, são elas a posição social dos formuladores de política externa (sua classe) e o contexto em que estão presentes. (APELDOOM, 2017). Com base nessas duas dimensões sociais entende-se que os formuladores de política externa estão diretamente conectados a essas estruturas sociais e que, “portanto, devemos analisar até que ponto e de quais maneiras os agentes de Estado responsáveis pela estratégia geopolítica podem estar inseridos em determinadas redes sociais através das quais a classe capitalista exerce seu poder nas sociedades civil e política” (APELDOOM, 2017, p.153). A partir dessa interpretação são apontadas duas vertentes do marxismo nas RI que auxiliam na produção de análises marxistas de política externa, sendo elas a neo-gramsciana, ligada ao conceito de hegemonia, e sociologia histórica marxista (TESCHKE E WYN-JONES, 2017). Com base nessas abordagens materialista-históricas em APE torna-se possível visualizar a natureza da política externa de forma não abstraída de sua sociedade, demonstrando uma política feita por classes com interesses e aspirações (APELDOOM, 2017), e partindo dessa interpretação que a teoria poulantziana nos auxilia a entender melhor a formulação de política externa.

Acreditamos que a teoria poulantziana é a teoria marxista que pode melhor oferecer explicações sobre análise de política externa, devido ao entendimento mais aprofundado que ela proporciona sobre a atuação do Estado e das classes dominantes na política externa, a partir dos conflitos políticos e econômicos entre as classes e frações de classe no interior de uma

formação social (BERRINGER, 2014). Somado a esse maior entendimento ela também rompe com pressupostos do realismo-analítico da existência de um “interesse nacional” único e da primazia do Estado como ator único da formulação da política externa, afirmando que essa esconde por meio do discurso de “interesse nacional” o nível econômico na análise do papel do Estado em sua atuação internacional, que por fim encobre o próprio caráter de classe que o Estado representa (AMARAL 2007).

Para realização da pesquisa serão empregados alguns conceitos desenvolvidos por Nicos Poulantzas que servirão de base para realizar a análise das políticas externas. Para a perspectiva teórica marxista a política doméstica está diretamente relacionada a política externa, com a atuação internacional de um Estado dependendo dos interesses do bloco no poder (BERRINGER, 2014).

O conceito de bloco no poder foi criado por Poulantzas para expressar as relações entre as classes e frações de classe dominantes e o Estado, entendendo que a divisão do capital nas diversas frações fazia com que a burguesia lutasse entre si na busca pelos seus interesses econômicos imediatos e incapacitando de se organizarem politicamente (BERRINGER, 2014), cabendo ao Estado a tarefa de organizar os interesses políticos da classe dominantes, sendo eles a manutenção das estruturas das relações de produção e a organização da dominação de classes e suas relações em um bloco de classes no poder, satisfazendo prioritariamente os interesses de uma fração ou classe (POULANTZAS, 1978). Portanto, segundo Poulantzas (2019, p.306) “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica”, sendo a fração hegemônica aquela detém em seu controle o poder de Estado e consegue priorizar seus interesses específicos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, ou segundo Berringer (2014), de política externa, podendo controlar, influenciar e se beneficiar das políticas governamentais (POULANTZAS, 2019).

Como dito anteriormente para Poulantzas existem frações de classe na burguesia, que podem ser divididas de acordo com suas relações no nível econômico, político, ideológico, suas relações de produção e o relacionamento entre todos esses, por sua vez essas frações poderiam se unir por interesses em comum para rejeitar ou apoiar políticas estatais (BERRINGER, 2014). No que se refere a relações internacionais e aos Estados dependentes do sistema capitalista, a classe dominante é fracionada de acordo com sua relação com o capital imperialista e as classes dominadas. Os Estados dependentes apresentam três tipos de burguesias, caracterizadas pela origem de seu capital e seus posicionamentos ideológicos e políticos em relação ao imperialismo, sendo elas: burguesia compradora, burguesia nacional e burguesia interna.

(BERRINGER, 2014). A depender de qual destas for a fração hegemônica no bloco no poder a atuação internacional do Estado refletirá os interesses desta.

A burguesia compradora pode ser definida como uma fração que não apresenta base própria de acumulação de capital e atua como intermediária do capital imperialista estrangeiro, sendo ligada economicamente, politicamente e ideologicamente ao imperialismo (POULANTZAS, 1978). Portanto “essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação de seus interesses com os interesses externos” (FARIAS, 2009, p.87). Esta fração é composta principalmente por oligarquias de grandes latifundiários e pelos setores financeiros, bancários, comerciais e setores da indústria totalmente dependentes (BERRINGER, 2014; FARIAS, 2009)

A burguesia nacional é a fração autóctone da burguesia que tem base de acumulação própria e apresenta graus e tipos de contradição com o capital imperialista estrangeiro, assim ocupando na estrutura ideológica e política um lugar de relativa autonomia e apresentando unidade própria (POULANTZAS, 1978). Segundo Poulantzas (1978, p.76) “a burguesia nacional é suscetível, em conjunturas determinadas de luta anti-imperialista e de liberação nacional, de adotar posições de classe que a incluem no “povo”, e então passível de certo tipo de aliança com as massas populares”. Nesta fração tende a se localizar produtores voltados para o mercado interno e que tem preocupação com a distribuição de renda. (FARIAS, 2009)

A burguesia interna é a fração que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora, ela apresenta base de acumulação própria, mas também tem em seu centro a dependência de capital externo, podendo ter contradições pontuais com o imperialismo, porém não adotando posições de autonomia ou independência (POULANTZAS, 1978). Esta fração tenta limitar a presença do capital estrangeiro no mercado nacional, com intuito de garantir sua sobrevivência, entretanto não tem como intenção romper com o capital imperialista, adotando a postura de subordinação conflitiva, apresentando conflitos pontuais com o imperialismo (BERRINGER, 2014). Segundo Poulantzas:

[...] se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas, o que lhe ofereceria mais saídas; procura, enfim, ajuda do Estado, que lhe permitirá desenvolver a exportação (POULANTZAS, 1976, p. 36-37, apud BERRINGER, 2014, p.47).

Para ele, a burguesia interna, devido a sua dependência em relação ao capital estrangeiro, tem uma dissolução da autonomia político-ideológica frente ao capital imperialista

e o que leva a esta fração a não ter interesse em formar uma aliança com as classes dominadas (BERRINGER, 2014). Esta fração é composta por setores da indústria de bens de consumo, indústrias de construção, setores que dependem da industrialização ou serviços (BERRINGER, 2014).

Em relação às classes dominadas, há de se destacar que elas não influenciam fortemente a formulação da política externa, mas por meio de alianças ou participação em frentes políticas com frações das classes dominantes, podem apoiar as políticas tomadas pela fração hegemônica por serem de interesses das classes dominadas, um exemplo disso pode ser política de proteção à indústria nacional frente ao mercado externo. No caso de aliança as classes dominadas se tornam classe-apoio e auxiliam na luta anti-imperialista, já no caso de uma frente política é uma relação mais fluída e nem sempre feita de maneira consciente e, portanto, a força dessa relação é menor (BERRINGER, 2014).

Partindo desse arcabouço teórico é possível realizar uma análise marxista da política externa brasileira. Por meio do entendimento de qual é fração de classe hegemônica de um determinado período e sua relação com as classes dominadas se consegue compreender a posição do Estado e sua atuação internacional em uma determinada conjuntura histórica (BERRINGER, 2014). Com isso em mente prosseguimos para as análises de políticas externas.

Ocorreu com a eleição de 2002, com a vitória de Lula, uma mudança no interior do bloco no poder, levando a assumir a posição de fração hegemônica a grande burguesia interna brasileira, composta pelos setores da indústria, mineração, construção pesada e empresas exportadoras do agronegócio, em prejuízo do capital internacional e da burguesia compradora. Essa mudança só foi possível a partir da criação de uma frente política entre a burguesia interna e os principais setores das classes populares (classe média baixa, o operariado urbano e o campesinato), essa frente política será nomeada de frente neodesenvolvimentista e ela trará consigo mudanças na política econômica, social e externa do Estado Brasileiro, mudanças essas que representam principalmente o interesse da burguesia interna (BOITO JR. e BERRINGER, 2013).

Em relação a política externa, durante o governo Lula foi adotada a posição de inserção internacional que ficou conhecida como “altiva e ativa”, sendo entendida pelos autores Vigevani e Cepaluni (2007) como uma estratégia de “autonomia pela diversificação”, tendo em vista uma maior participação internacional por meio de formação de coalizões com Estados dependentes e da crítica das assimetrias de poder e desigualdade de regras nas organizações internacionais, por exemplo a formação do G-20 comercial e seu papel nas rodadas de

negociações comerciais (CERVO e BUENO, 2011; VIGEVANI e CEPALUNI, 2007; VIZENTINI, 2006). Essa maior aproximação com os Estado dependentes se utilizou de um discurso terceiro-mundista e se pautou na cooperação Sul-Sul, tendo como exemplo o IBAS ,além de também promover a integração sul-americana com o fortalecimento do Mercosul e a criação da UNASUL, que antes era conhecida como Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (BERRINGER e BELASQUES, 2020; CERVO e BUENO, 2011). Deve se destacar que a política externa do governo Lula também foi um instrumento para fortalecimento da burguesia interna, com a atuação internacional do Estado brasileiro refletindo os interesses dessa, unindo-se em torno de interesses comuns como: apoio do Estado na conquista de novos mercados para exportação, prioridade na compra de produtos e serviços pelas estatais brasileira e maior proteção do Estado para o mercado interno, o que explica a ênfase da atuação internacional brasileira na cooperação sul-sul, integração sul-americana e nas negociações comercias internacionais (BOITO JR e BERRINGER, 2013). Destaca-se a continuação dessa política externa no governo Dilma com a manutenção da defesa multilateralismo, continuação do processo de integração sul-americano, com a adesão da Venezuela ao Mercosul e a consolidação da UNASUL e o estabelecimento dos BRICS (BASTOS e HIRATUKA, 2020; BERRINGER e BELASQUES, 2020). Entretanto nesse período nota-se uma redução na proatividade brasileira, que seria causada por fatores como a conjuntura econômica interna e o cenário político-econômico internacional daquele momento (BASTOS e HIRATUKA, 2020; SARAIVA e GOMES, 2016). Tendo em vista que a política externa do período petista não alterou a posição do Brasil na estrutura de poder mundial e não rompeu com o imperialismo, apenas tendo divergências pontuais e importantes, ela é categorizada pelo arcabouço poulantziano como subordinação conflitiva (BERRINGER e BELASQUES, 2020).

Com o impeachment de 2016 da presidente Dilma, que levou Michel Temer a assumir o cargo da presidência, houve uma nova mudança na configuração no bloco no poder, levando a burguesia compradora, aliada do imperialismo, a assumir a posição de fração hegemônica e estabelecer uma frente neoliberal, composta pela burguesia compradora, o imperialismo e a alta classe média. Essa mudança se deu devido a adoção de políticas de austeridade fiscal pelo governo Dilma e pelo impacto da crise financeira internacional, que gerou desaceleração da economia brasileira, com isso a burguesia interna e a frente neodesenvolvimentista começaram a se fragmentar levando a essa fração a se aliar a frente neoliberal (BERRINGER e FORLINI, 2018).

A partir dessa mudança e da posse de Temer a política externa sofre uma ruptura, com o novo governo tecendo críticas à política externa anterior, principalmente acusando a política exterior petista de “ideologizada” e partidária, soma-se a isso outros descontentamentos que a própria burguesia interna já fazia como: o aumento das barreiras comerciais impostas pela Argentina, aumento das importações chinesas na região, entrada na Venezuela no Mercosul, entre outros (BERRINGER e FORLINI, 2018). A política externa de Temer pode ser vista como a busca por legitimidade de seu governo que era questionada tanto internamente e externamente, para isso ele se usou tanto de um discurso de legitimidade política, afirmando haver diálogo com o congresso, como buscou uma legitimidade econômica por meio das reformas internas, discurso de responsabilidade fiscal e na busca de investimentos externos através da busca pela aproximação com a Aliança do Pacífico, continuação das negociações do acordo UE-Mercosul e intenção de se tornar membro da OCDE (SILVA, 2019). Em especial o acordo UE-Mercosul é o mais emblemático para demonstrar a mudança da postura da política externa como consequência da mudança dentro do bloco no poder, pois grupos integrantes da frente neodesenvolvimentista como a Fiesp e a CNI, que eram contrárias anteriormente ao acordo, tornaram-se favoráveis a este (BERRINGER e FORLINI, 2018). Berringer e Forlini (2018, p.10) vão argumentar que a inserção internacional do governo Temer é “alinhada aos Estados Unidos, e busca o esvaziamento político dos blocos com os Estados vizinhos ou, em outras palavras, é subordinada passivamente aos interesses imperialistas.” citando como exemplos disso a venda da Embraer para a Boeing, o desmantelamento da política de integração regional, o esvaziamento do BRICS e sinalizações de subordinação como a candidatura brasileira para entrar na OCDE (BERRINGER e FORLINI, 2018).

Em relação ao governo ao governo Bolsonaro, ainda não se tem literatura que faça a análise de política externa utilizando a lente teórica marxista, apesar disso já se tem alguns artigos que fazem a análise da política externa desse governo e podem auxiliar dando pistas para uma interpretação a partir da teoria do bloco no poder, como o texto do boletim OPSA da Mônica Hirst e Tadeu Maciel (2020).

Desde a entrada de Ernesto Araújo como chanceler houve uma guinada radical na política externa brasileira e incorporação de teses da extrema direita mundial que trazem consigo uma carga ideológica para essa guinada. Dentro da política externa bolsonarista existem três pilares que a sustentam e representam três grupos diferentes dentro do governo, esses pilares são: núcleo político ideológico, que apresenta um projeto com ideário de extrema direita; política econômica liberal-conservadora, que contempla a face externa da economia

política; e, por fim, o complexo de segurança e defesa, que se relaciona às sintonias externas da militarização do Estado brasileiro (HIRST e MACIEL, 2020). Dentre os três o mais importante para essa pesquisa é o segundo, pois esse trabalha com reformas econômicas calcadas em um processo de ampla desestatização e compromissos com o sistema financeiro internacional, segundo Hirst e Maciel (2020, p.10): “a orientação anti-estatista da gestão econômica do governo Bolsonaro é um elemento central do atual desenho da política externa, fazendo desaparecer o binômio autonomia e desenvolvimento”, tendo como exemplo de políticas que representam essas características citadas as privatizações de empresas públicas, como a Eletrobrás e manutenção da candidatura do Brasil a OCDE. No quesito de atuação de âmbito regional desse pilar, este tem como objetivo “preservação dos mercados sul-americanos, minimizando compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de responsabilidades compartilhadas” (HIRST e MACIEL, 2020), dando uma certa continuidade à política do governo Temer. Tendo em vista todo o exposto pode-se interpretar que a burguesia compradora continua como fração hegemônica e a política externa do governo Bolsonaro reflete os interesses dessa fração.

Por fim como essa pesquisa se propõe também preencher uma lacuna na análise marxista poulantziana de política externa, que é a de explicar como funciona a relação entre dois Estados com formações sociais dependentes, é preciso realizar uma análise de um caso, que será das relações brasilo-paraguaias em relação a usina e tratado de Itaipu e os interesses de internacionalização da indústria brasileira. A escolha desses objetos de pesquisa se dá pela razão de serem temas importantes na história recente da relação entre Brasil e Paraguai, além de também serem temáticas em que as contradições dessa relação mais aparecem, em especial, na crise de 2019.

As relações Brasil-Paraguai, no que tange a Itaipu, sempre foram controversas, desde seu início com uma disputa fronteiriça pela região de Salto de Sete Quedas que levou a assinatura da Ata das Cataratas, em 1966, e posteriormente a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, que se tornou um ponto focal nas relações entre os dois países, mas também se tornou alvo de críticas e reivindicações paraguaias ao longo dos anos.

Em 2008 houve a eleição de Fernando Lugo para presidente do Paraguai, um bispo de esquerda, que tinha como pautas principais o combate à extrema pobreza e à corrupção, priorização da saúde e educação, reforma agrária e recuperação da soberania nacional (ALMEIDA,2015). Neste último se encontra a reivindicação de renegociação do tratado de Itaipu, que era visto por Lugo como uma forma de trazer desenvolvimento econômico para o

país e reduzir desigualdades sociais (TOLEDO, 2015). Havia, segundo Codas (2011), seis reivindicações paraguaias: soberania energética (também aparece na literatura como “libre disponibilidad”), preço justo pela energia adquirida, revisão da dívida de Itaipu e eliminação de sua parte ilegítima, cogestão partidária plena na direção da usina, transparência e controle público das contas de Itaipu e realização das obras faltantes.

A partir das negociações em 2009 foi atingido uma revisão do tratado que foi consolidado em um documento chamado “Construindo uma nova etapa nas relações bilaterais”, que atendeu na sua grande maioria as reivindicações paraguaias. Como disposto no documento: ficou acordado que haveria uma triplicação do valor pago pela energia, a ANDE (Administración Nacional de Eletricidad) teria o direito de gradualmente comercializar a energia paraguaia em território brasileiro sem intermediação da ELETROBRAS, comentada a possibilidade de venda de eletricidade para países terceiros em 2023, seria aberto uma auditoria para ver a questão da dívida, consolidação da cogestão sobre Itaipu, e por fim o Brasil se compromete em construir as obras faltantes como uma linha de transmissão de até Villa Hayes e uma nova subestação seccionadora, entre outras, todas com o intuito de fazer com que o Paraguai consuma mais energia (BRASIL-PARAGUAI, 2009).

Durante as negociações da revisão do tratado a burguesia brasileira e paraguaia foram consultadas para que seus interesses tenham sido representados em meio as negociações. Do lado brasileiro isso pode ser visto na entrevista do então diretor de Energia da Federação das Indústrias de São Paulo, Carlos Cavalcanti, que assegurou que os diretores-gerais de Itaipu e representantes do Itamaraty estiveram na sede da FIESP e afirmou “Nós fizemos pressão, dissemos ‘aceite menos’, mas ao mesmo tempo, demos alternativa. Conversa com um, conversa com outro, a gente procura intermediar” (CARDOSO, 2010, p.161). Deve-se destacar que do lado brasileiro também houve a decisão de repassar custo do aumento do preço pela compra da energia paraguaia para o Tesouro Nacional, assim atendendo também uma demanda feita pela burguesia do país (CARDOSO, 2010). Do lado do Paraguai a burguesia incentivou o governo a buscar a renegociação do tratado de Itaipu, tendo reuniões com membros do governo e da comissão negociadora, afirmando que a recuperação da soberania energética poderia trazer investimentos para o país (ABC COLOR, 2008). Por fim como resultado das negociações, após alguns anos, teve-se um atendimento as necessidades e interesses das burguesias dos dois países, com a FIESP incentivando seus membros a investirem ou instalarem empresas no vizinho devido ao baixo custo de produção de energia e folha de pagamento (FIESP, 2013).

Em 2019 foi deflagrada uma crise política no Paraguai após uma ata secreta sobre Itaipu tornar-se pública quase levando ao impeachment do presidente Mario Abdo Benítez. A questão se inicia com o governo brasileiro acusando o vizinho de fazer uma manobra fiscal para revender energia mais cara para o Brasil (SCHREIBER, 2019), com isso os dois governos firmam, em maio do mesmo ano, um acordo secreto em que impunha ao Paraguai que a projeção de consumo de energia de Itaipu pelo Paraguai fosse gradualmente elevada durante o período de 2020 até 2022, começando com uma potência média anual contratada de 1534 MW em 2020 para 1924 MW em 2022, e poderia haver um aumento de até 6% nesse volume de acordo com variação de consumo de energia de Itaipu pela ANDE (BRASIL-PARAGUAI, 2019), isso acarretaria num aumento da conta de luz para a população paraguaia. Entretanto o acordo não havia sido assinado pelo Paraguai até julho e o governo brasileiro começa a exercer pressão sobre o governo paraguaio para que o acordo fosse assinado, com o presidente Mario Abdo afirmando que o Brasil havia congelado relações com o Paraguai por não cumprir o que foi firmado (ABC COLOR, 2019), porém o ex-presidente da ANDE, Pedro Ferreira se recusa a assinar por ser um acordo prejudicial ao país e se demite do cargo, somado a isso o documento vai a público e os jornais locais publicam mensagens de conversas do presidente, as quais ele afirma que sabe dos prejuízos do acordo e pressiona o ex-presidente da ANDE a assinar (ABC COLOR, 2019). A população paraguaia ao saber do acordo organiza protestos e inicia-se um processo de impeachment no congresso contra Mario Abdo, que rapidamente volta atrás no acordo para evitar perder o cargo. O governo Brasileiro também adota a mesma posição, pois vê como menos grave manter o problema sobre Itaipu do que ter uma crise política ou a queda de um aliado no país vizinho (SCHREIBER, 2019). Por fim em dezembro os dois países chegam a um acordo que ficará vigente até 2022, no qual a ANDE se comprometeu em elevar em 42,5% o volume de energia adquirida da usina até 2022, a Eletrobrás concorda em comprar menos energia para o Paraguai consumir mais e se tem a garantia de que terá a manutenção do preço da tarifa de energia em 22,60 MWh (ESTADO DE MINAS, 2019).

Um outro tema, como comentado anteriormente, que está presente nas relações entre ambos os países é a internacionalização da indústria brasileira para o Paraguai, devido principalmente ao regime de maquila no país. Este pode ser entendido como um regime de subcontratação internacional em que uma empresa com sede em um país se instala em outro para realizar atividades industriais ou de serviços sobre bens importados temporariamente agregando valor a estes e, em seguida, os reexportando (GIMENEZ, 2018); segundo Baumgratz (2019) o objetivo das indústrias no sistema de maquila é obter maiores taxas de

lucro por meio de reduções nos custos de produção, dentre eles menores salários, impostos e outros benefícios. No Paraguai o regime de maquiladora foi instalado pela lei nº 1064/97 e foi regulamentado pelo decreto nº 9585/2000. A lei de maquila do Paraguai tem como objetivo “*promover el establecimiento y regular las operaciones de empresas industriales maquiladoras que se dediquen total o parcialmente a realizar procesos industriales o de servicios incorporando mano de obra y otros recursos nacionales*” (PARAGUAI, 1997), com a expectativa de que esse sistema fortaleceria a economia do país, geraria empregos e desenvolveria uma indústria nacional. Exemplos benefícios oferecidos pelo Paraguai e seu regime de maquila são: o pagamento de 1% de Imposto sobre Valor Agregado; isenção de todos os outros tributos e taxas, que incluem impostos aduaneiros, portuários, remessas de lucro, etc; menores encargos trabalhistas, baixo custo salarial e menor custo de energia elétrica (CESÁR, 2016; PARAGUAI, 1997, 2000).

No que tange a participação brasileira no regime de maquila paraguaio se percebe uma forte atuação da burguesia brasileira agindo debaixo desse sistema no Paraguai, em 2018 das 172 empresas maquiladoras instaladas no país 125 possuíam matriz brasileira, que corresponde a 72% do total (SILVEIRA, 2021). Dentre essas empresas brasileiras os setores que tiveram maior presença na exportação foram o de frigoríficos (49%), calçados (15%), têxtil e confecções (14%), produção agrícola (10%), plásticos (8%) e químicos e autopeças (4%), somado a isso deve se notar que em 2013 essas empresas exportaram US\$ 205 milhões ao Brasil, valor que corresponde a 20% do total de exportações paraguaias destinadas ao Brasil (CESÁR, 2016). Por fim deve se constatar que o Paraguai investe em forte propaganda para atrair a burguesia brasileira para investir no país e se utilizar do regime maquilador, por exemplo eventos feitos com a FIESP e FIEP (FIEP, 2016; FIESP, 2013).

Tendo em vista a contextualização acima, entende-se aqui que aplicação da análise marxista ajuda a compreender o comportamento da política externa tanto de Brasil quanto do Paraguai, uma vez a política externa adotada é fruto dos interesses de uma determinada fração de classe e que, portanto, torna-se necessário entender qual é a fração hegemônica nos dois países, tanto no Paraguai, nos governos de Fernando Lugo e Mario Abdo Benitez, como no Brasil, nos governos Lula e Bolsonaro, principalmente com o intuito de compreender os interesses por trás dos acontecimentos e o curso de ações tomadas pelos atores naquele momento. Entretanto não se deve ver essas frações hegemônicas como isoladas, mas sim entender como estas se relacionam entre si e como se relacionam com as diversas outras frações da classe dominante e classes dominadas em relação ao caso estudado. Reforçamos novamente

que, por meio do entendimento de qual é a fração de classe hegemônica de um determinado período e sua relação com as classes dominadas, se consegue compreender a posição do Estado e sua atuação internacional em uma determinada conjuntura histórica e, conseqüentemente, identificar se a posição adotada foi de subordinação passiva, subordinação conflitiva ou anti-imperialista. Por fim concordamos com Gramsci que “relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (GRAMSCI, 2000, p.42 apud BERRINGER, 2014, p.54).

6. Metodologia

A metodologia selecionada para realização dessa pesquisa é o estudo de caso, pois ela permite por meio da análise de um caso explorar fenômenos particulares permitindo a sua explicação, descrição, categorização e geração de tipologias e hipóteses como também revisão das mesmas (HENRIQUES et al., 2015). Somado a isso, o estudo de caso proporciona vantagens como flexibilidade do planejamento e técnica, possibilidade de visualização do todo e simplicidade de aplicação dos conhecimentos (GIL, 2007, p. 59). O estudo de caso apresenta três características que o definem: habilidade de convergir informações de múltiplas fontes de evidências, intensão de examinar um fenômeno no seu contexto na vida real e pesquisa de um ou múltiplos casos para testar teorias rivais ou explicações para fenômenos (YIN, 2000, p.186). O estudo de caso pode auxiliar de diferentes maneiras a minha pesquisa, por ser uma metodologia mais exploratória e explicativa ela permite descrições de fenômenos como o papel das burguesias na formulação da política externa e no relacionamento com países vizinhos. O caso escolhido por mim a ser estudado foi o das relações Brasil-Paraguai, mais especificamente ao que se refere a Itaipu e o regime de maquila, pois é uma relação entre dois países com formações sociais dependentes; Itaipu é um dos principais pontos dessa relação, sendo possível realizara comparações entre períodos diferentes dessa relação e comparar a atuação e intenção do bloco no poder em cada período; o regime de maquila apresenta uma forte presença brasileira nele e é de relevância para relação comercial entre os dois países e por serem temas em que as contradições dessa relação estão mais visíveis.

A pesquisa se debruçará sobre uma literatura especializada acerca do tema pesquisado, incluindo artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado e do Curso de Altos Estudos (CAE) do Itamaraty, que abordara uma variedade de temas, dentre eles: análise de política externa e marxismo, teoria poulantziana de bloco no poder, análise de política externa brasileira e paraguaia e relações Brasil-Paraguai sobre Itaipu. Somada a essa revisão

bibliográfica, realizar-se-á uma análise documental que vai se debruçar sobre diferentes documentos em relação a Itaipu, como ata de Iguazu, o tratado e suas revisões, documentos oficiais de entidades representantes dos interesses da burguesia dos dois países, como também a possibilidade de visitar os arquivos do Itamaraty visando buscar documentos sobre o assunto. Por fim, salienta-se a intenção de realização de entrevistas com representantes de instituições e entidades que tiveram envolvimento com os casos, procurando saber como foi sua participação nesses eventos e seus interesses nesses.

7. Cronograma Preliminar

Trimestre	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Revisão de Literatura	X	X	X					
Pesquisa documental, hemerográfica e entrevistas		X	X	X				
Sistematização dos resultados, revisão das hipóteses e objetivos					X	X		
Produção de um artigo							X	
Elaboração do texto final de dissertação							X	X

8. Bibliografia

ALMEIDA, Giordano Sousa de. Renegociação do Tratado de Itaipu entre Lugo e Lula. 2015. 386 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ABC COLLOR. Alientan la renegociación de Itaipú. **ABC Color**, Asunción, 3 out. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/clippings/bdclippingespeciais.html/2010-ce/ce-brasiguaios-itaipu-proporcionalidade>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ABC COLOR. Los reveladores mensajes alrededor del acuerdo secreto. **ABC Color**, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/2019/08/06/los-reveladores-mensajes-alrededor-del-acuerdo-secreto/>. Acesso em: 28 abr. 2021

AMARAL, O. do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 4, p. 125–135, 2007. DOI: 10.20396/cemarx.v0i4.10814.

Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10814>. Acesso em: 3 set. 2021.

APELDOOM, B. van. Estratégia geopolítica e hegemonia de classe: para uma análise materialista-histórica de política externa: [trad. de Caio Bugiato]. *Plural*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 135-160, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/142997>. Acesso em: 11 set. 2021.

BASTOS, P.P.Z; HIRATUKA, Célio. The Foreign Economic Policy of Dilma Rousseff's Government and the Limits of Dependency. *Latin American Perspectives*, v. 47, p. 1-22, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X19894590>. Acesso em: 25 maio 2022.

BAUMGRATZ, Deise. Brasil e Paraguai: uma relação subimperialista? 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019.

BERRINGER, Tatiana. Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula. 2014. 223 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281111>>. Acesso em: 24 ago. 2021

BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, B. . As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.1078. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1078>. Acesso em: 1 set. 2021.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 48, p. 5-19, dez. 2018. ISSN 2178-8839. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83713>>. Acesso em: 01 set. 2021.

BOITO JR., Armando e BERRINGER, Tatiana. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*. 2013, v. 21, n. 47 [Acessado 30 Setembro 2021] , pp. 31-38. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>>.

BRASIL-PARAGUAI. Declaração Conjunta “Construindo uma nova etapa na relação bilateral”. 25/05/2009. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/nota-do-ministerio-de-relacoes-exteriores>. Acesso em: 23/11/20.

BRASIL-PARAGUAI. Ata Bilateral. 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/08/ActaBilateral-BR-Paraguai-Itaipu-24maio2019.pdf>. Acesso em: 28/04/21

CARDOSO, Guilherme Rios. A energia dos vizinhos: Uma análise da política externa do governo Lula na nacionalização do gás boliviano e nas alterações do tratado de Itaipu. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO, São Paulo, 2010.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2011.

CÉSAR, G. R. C. Integração produtiva Paraguai-Brasil:: novos passos no relacionamento bilateral. Boletim de Economia e Política Internacional, ed. 22, p. 19-32, jan/abr 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6732>. Acesso em: 20 set. 2022.

CODAS, Gustavo. El Acuerdo Lugo-Lula del 25 de Julio de 2009 y la nueva relación bilateral Paraguay-Brasil. IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos Textos Acadêmicos. p.95-114, 2011

ESTADO DE MINAS. Acordo de Itaipu prevê aumento na compra de energia pelo Paraguai até 2022. Estado de Minas, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/12/17/internas_economia,1108824/acordo-de-itaipu-preve-aumento-na-compra-de-energia-pelo-paraguai-ate.shtml. Acesso em: 30 out. 2020.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 28, p. 81-98, 2009.

FIESP. Em seminário na FIESP, fundação apresenta vantagens de investir no Paraguai. **FIESP**, São Paulo, 03 abril 2013. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/em-seminario-na-fiesp-fundacao-apresenta-vantagens-de-investir-no-paraguai/>. Acesso em: 07 março 2022.

FIEP. Fiep discute Lei de Maquila em evento com presença do ministro da indústria do Paraguai. **FIEP**, 12 agosto 2016. Disponível em: <https://agenciafiep.com.br/2016/08/12/fiep-discute-lei-de-maquila-em-evento-com-presenca-do-ministro-da-industria-do-paraguai/>.

Acesso em: 25 outubro 2022

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENEZ, Juan Alberto Mongelos. Diagnóstico da gestão em segurança e saúde do trabalho nas indústrias maquiladoras brasileiras instaladas no Paraguai. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

HENRIQUES, A. B. L. *et al.* Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. Revista Debates, Porto Alegre, p. 09-23, 19 mar. 2015.

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da Política Externa Brasileira no governo Bolsonaro. Boletim OPSA, Rio de Janeiro, n.3, p. 6-15, Julho/Setembro 2020. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n3-jul-set-2020.pdf.

Acesso em: 10 mar. 2021.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. *Mershon International Studies Review*, [s. l.], v. 39, p. 209–238, Outubro 1995. Disponível em: https://academic.oup.com/isr/article-abstract/39/Supplement_2/209/1810121?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 30 mar. 2022.

JESUS, Diego Santos Vieira de. A essência de uma subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 2, n. 1, p. 81-100, 9 jul. 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6827>. Acesso em: 27 mar. 2022.

LOPES, Dawisson Belém; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; SANTOS, Manoel. Foreign Policy Analysis in Latin American democracies: the case for a research protocol. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2016, v. 59, n. 01. p.1-17. Acessado em: 14 de abril de 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/k7KHm5YzGjzXMzdWSJLyL5p/?format=pdf>.

OYMAN, Çağlar. Class Determinants of Turkish Foreign Policy under the Rule of the Justice and Development Party. 2016. 239 p. Thesis (Master of Science) - Department of International Relations, Middle East Technical University, Ankara, 2016. Disponível em: <https://open.metu.edu.tr/handle/11511/26038>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PARAGUAY. DECRETO 9585. Regulamenta la Ley de Maquila. 2010

PARAGUAY. LEY N° 1.064. De la Industria Maquiladora de Exportación. 1997.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p.368

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. ed.2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.368

SALOMÓN, Mónica e PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira de Política Internacional. 2013, v. 56, n. 1, pp. 40-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>. Acessado em 26 março 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; GOMES, Z. S. B. Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul. Relaciones Internacionales, Buenos Aires, v. 25, ed. 50, p. 81-97, 2016. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/issue/view/252>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SCHREIBER, Mariana. Impeachment no Paraguai: entenda a crise envolvendo Itaipu e o governo Bolsonaro. BBC News Brasil, Brasília, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49259262>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. Conjuntura Austral, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 49, p. 23-41, abr. 2019. ISSN 2178-8839. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/86954>>. Acesso em: 01 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.86954>.

SILVEIRA, Claudia Vera da. Indústrias maquiladoras como estratégia de desenvolvimento sócio-econômico no Paraguai. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

TESCHKE, B., & WYN-JONES, S. Marxism in Foreign Policy. Oxford Research Encyclopedia of Politics. Retrieved 2 Sep. 2021, from <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-372>.

TOLEDO, Sara Basilio de. Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu. 2015. 204 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

VAN APELDOORN, Bastiaan; GRAAFF, Naná de. The social sources of American grand strategy. In: VAN APELDOORN, Bastiaan; GRAAFF, Naná de. American Grand Strategy and Corporate Elite Networks: The Open Door since the End of the Cold War. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2016. p. 7-34. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/mono/10.4324/9780203745304-9/social-sources-american-grand-strategy-bastiaan-van-apeldoorn-nan%C3%A1-de-graaff>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional. 2007, v. 29, n. 2 pp. 273-335. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?lang=pt>. Acessado 25 Maio 2022

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 381-397, 8 dez. 2006.

YIN, Robert K. CASE STUDY EVALUATIONS: A DECADE OF PROGRESS?. Evaluation Models: Evaluation in Education and Human Services, [s. l.], v. 49, p. 185-193, 2000. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/0-306-47559-6_11. Acesso em: 24 fev. 2021